

AS CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO NA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

Tahinan da Cruz Santos¹

RESUMO

A história do negro vem sendo estudada ao longo dos anos sob a ótica da escravidão e a contribuição cultural que trouxe para o Brasil. Os negros foram trazidos para o Brasil com o intuito de serem escravizados e, portanto, tiveram pouco espaço na historiografia nacional. Ao longo dos anos, pós-abolição, percebemos que a falta de planejamento dos governantes para com a grande parcela da população de cor, fez com que as favelas surgissem, pois não houve estrutura para acomodar todos esses ex-escravos, que agora estavam libertos. Ao longo dos anos, essa falta de atenção para com essa parcela da população gerou violência, exclusão, desemprego, o uso de drogas, marginalização social, vários tipos de problemas, que serão discutidos ao longo do texto. Para isso, trabalhamos com o Atlas da violência, trazendo a conjuntura da violência no Brasil; A Lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, e a Lei 12.711/12, a chamada Lei de cotas. Assim, discutimos como a educação é o agente motriz do movimento de real libertação dos negros.

Palavras-chave: Negro; Violência; Educação.

ABSTRACT

The history of black people has been studied over the years from the perspective of slavery and the cultural contribution it brought to Brazil. The blacks were brought to Brazil in order to be enslaved and, therefore, had little space in the national historiography. Over the years, post abolition, we have come to realize that the lack of planning by the rulers for the large portion of the colored population has caused the slums to emerge as there was no structure to accommodate all these slaves who were now freed. Over the years, this lack of attention to this portion of the population has generated violence, exclusion, unemployment, drug use, social marginalization, various types of problems, which will be discussed throughout the text. For this, we worked with the Atlas of Violence, bringing the conjuncture of violence in Brazil; Law 10,639 / 03, which established the obligation to teach Afro-Brazilian history and culture, and Law 12,711 / 12, the so-called Quota Law. Thus, we discuss how education is the driving agent of the real liberation movement of blacks.

Keywords: Black; Violence; Education.

Introdução

¹ Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia, DEDC – Campus XIII, Itaberaba/BA. Pós-Graduada (lato sensu) em Educação à Distância pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Itaberaba/BA. Pós-Graduada em Política do Planejamento Pedagógico pela Universidade do Estado da Bahia, DEDC – Campus XIII, Itaberaba/BA.

Durante séculos, o tráfico de negros escravizados africanos movimentou o comércio transatlântico, fazendo com que a diáspora africana, mesmo que forçada, fosse um dos acontecimentos mais importantes da História da África. A diáspora foi “a imigração dos africanos rumo às Américas, ao Oriente Médio e à Europa, em função do comércio transatlântico e de outros meios de traficar escravos”. A Ásia e o Mediterrâneo foram um dos lugares mais antigos que receberam parte desses africanos. Mas nem todos por via do tráfico. O ápice foi por volta do século VII e chegaram por lá “por vontade própria (...) intelectuais, professores, comerciantes e peregrinos” (SILVÉRIO, 2013, p. 319). Sabe-se que essa onda de imigração era por causa das cidades sagradas de Meca e Medina.

Os africanos também migraram para a Europa, com atividades militares. Já no século XV, o tráfico era bastante próspero para a Europa. Uma das principais características dessas comunidades africanas na Europa é que eram constituídas quase que exclusivamente de homens. A presença de escravos era maior, porém em Portugal do que em qualquer outro país da Europa. Fato importante, visto que foram os portugueses que iniciaram o tráfico de escravos para o Brasil, quando este se tornou colônia de Portugal. E o tráfico de escravos para o Brasil foi um dos maiores e um dos mais duradouros também, como podemos observar abaixo:

A diáspora africana foi muito mais importante nas Américas que na Europa e na Ásia. No início do século XIX, a população afro-americana total, livre e escravizada, correspondia a cerca de 8,5 milhões de pessoas. (...) O Brasil foi o maior importador de africanos. Ao longo de todo o período de tráfico negreiro, esse país recebeu cerca de 38% do efetivo total de africanos introduzidos no Novo Mundo. (SILVÉRIO, 2013, p. 321)

Assim, a contribuição forçada do trabalho dos africanos no Brasil sustentou por muito tempo Portugal. Mas, mais do que sua força de trabalho, os africanos contribuíram com a sua “herança cultural de linguagem, estética e filosofia que ajudou a formar a nova cultura do mundo atlântico.” (THORNTON, 2004, p. 191)

Apesar de terem sido produto do comércio transatlântico de escravos, os africanos exerceram influências e transformações na realidade em que viveram e isso pôde ser observado quando se percebe a criação de relações dentro do campo de trabalho não-escravo, das expressões culturais com suas manifestações religiosas, das formas de resistência á escravidão com a formação de revoltas escravas, etc.

O medo da sociedade causada pela presença de escravos e libertos no cotidiano das cidades gerou, segundo Sidney Chalhoub, uma deliberada manifestação de temor provocado pelas próprias elites, através da imaginação da época que sugestionava que o negro seria uma ameaça ambulante prestes a causar insurreições e desordem social, atribuindo os mesmos um caráter reducionista de sua capacidade de trabalho. Mas, Chalhoub também analisa “(...) a cidade que escondia, ensinava aos poucos a construção da cidade que desconfiava e que para desconfiar transformava todos os negros em suspeitos.” (Chalhoub, 1996, p. 169-189)

Walter Fraga Filho, quando escreve sobre histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910), percebe que durante o processo de abolição, ao longo da década de 1880, houve dentro das manifestações populares abolicionistas a participação significativa de ambos, libertos e escravos, principalmente de trabalhadores urbanos. Esses manifestos, segundo Fraga Filho, contribuíram para o fortalecimento do movimento e divulgação da campanha abolicionista.

Foram várias as formas que os escravizados buscaram para lutarem pela sua liberdade, sejam elas pelo movimento abolicionista, pela fuga para os quilombos ou até mesmo pelas ações judiciais, buscando suas alforrias. E durante o período Colonial e Imperial brasileiro, o movimento abolicionista foi um dos exemplos de movimentos intelectuais mais eficazes que

lutavam pela igualdade de direitos dos negros. Fazia parte desse movimento, por exemplo, Joaquim Nabuco, um dos principais abolicionistas do Brasil. Além de financiar a carta de alforria de alguns escravizados, o movimento abolicionista debatia com a elite branca brasileira, buscando soluções para o fim da escravidão (MEDEIROS; NASCIMENTO; UNICAMP, p. 310).

Os quilombos também foram um símbolo de resistência dos negros no período da escravidão. Um marco de organização e lutas, os quilombos formaram: “os laços de solidariedade e o uso coletivo da terra formaram as bases de uma sociedade fraterna e livre das formas mais cruéis de preconceitos e de desrespeito a sua humanidade.” (SILVA, p. 01) Hoje, os remanescentes de quilombos lutam pelo seu reconhecimento histórico dentro de um Brasil em que a lei quase não sai do papel:

Passadas quase duas décadas da publicação do Artigo 68, da Constituição Federal de 1988, e quatro anos da publicação do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombolas, atualmente, a luta continua nos âmbitos jurídico e educacional. (SILVA, p. 01)

Assim, já as consequências de um não reconhecimento do negro no Brasil é o direito dos quilombolas. Mesmo em lei, o direito a terra e à sua história foi e está sendo negada a várias gerações. Portanto, a luta não deve cessar, pois muitas vidas foram perdidas para que, hoje, os remanescentes de quilombolas tivessem direito à luta e reivindicações que, antes, seus antepassados, deram à vida para conquistar.

Chega ao fim a instituição da escravidão no Brasil

Com o fim da escravidão no Brasil, muitos negros foram expulsos das fazendas e ficaram sem ter onde morar, muito menos como sobreviver. Grande parte desses negros foram viver nos morros e periferias que hoje conhecemos como favelas. Sem emprego e com moradias indignas, iniciou-se o que hoje conhecemos como o processo de criminalização do negro. Sem educação, infraestrutura, saúde e moradia, o que resta a essa população são poucas opções de sobrevivência.

Isso tudo ocorreu porque, uma boa parte da elite brasileira não queria que os negros assumissem os novos postos de trabalho que estavam surgindo no Brasil. Os fazendeiros se negavam a pagar salários aos ex-escravos, preferiam, então, importar novos trabalhadores. A preocupação da elite era embranquecer o país com imigrantes vindos da Europa. Para isso, trouxeram italianos, japoneses – população esta que passava por grande dificuldade econômica e enxergavam no Brasil uma grande oportunidade de trabalho. Essa política de segregação racial fez com os negros vivessem sempre às margens da sociedade. (MEDEIROS; NASCIMENTO; p. 310).

É sempre preferível ter um branco em seu posto de trabalho do que um negro. As estatísticas mostram, de acordo com Ferreira (2017, p. 01) que: “A taxa de desemprego das jovens negras chega a 25%. Uma entre quatro jovens está desempregada e estão em maior número nos empregos considerados mais precários e informais, cerca de 71% contra 54% das mulheres brancas e 48% dos homens brancos.”

Então, mesmo com a Abolição da escravidão, em 1888, a discriminação com o negro não foi abolida. Vivemos hoje as consequências da segregação que o negro sofreu durante o processo de escravidão. A falta de políticas públicas voltadas para esse público ao longo

desses séculos culminou no que vivemos hoje: preconceito, violência, pobreza, desigualdade social. É o que vamos discutir mais adiante.

Favela, pobreza, desigualdade: a miséria tem cor

No pós-abolição, os negros foram relegados aos ambientes mais inóspitos que sobraram nas cidades brasileiras. Sem qualquer preocupação dos governantes brasileiros, os negros, sofreram e sofrem até hoje com os preconceitos da sociedade. Hoje, nós observamos as disparidades educacionais das populações negras *versus* a população branca. Para Silva (2016, p.08) “As disparidades sociais e educacionais têm sido constitutivas da sociedade brasileira, pois, há quatro séculos, se edifica em meio a relações étnico-raciais que segregam socialmente e desqualificam educacionalmente os negros.”

Para garantir que não haja essas disparidades educacionais entre negros, pobres e os que têm todas as oportunidades educacionais, foi criada e sancionada pela presidência da República a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012², que reserva, no mínimo, 50% das vagas dos vestibulares para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos *per capita*. Ainda, em cada instituição federal de ensino superior, serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência. Essa Lei, de 2012, foi necessária para que houvesse igualdade de oportunidade entre negros, pobres e os de classe mais alta, que tiveram todas as oportunidades educacionais possíveis. Não só oportunidades educacionais: oportunidades de se alimentar adequadamente, de se proteger da violência, de um ambiente adequado de moradia. Esses pontos fazem diferença na educação de uma pessoa, podendo transformar profundamente a sua história educacional.

Historicamente, não podemos dizer que os negros escravizados foram totalmente iletrados. De alguma forma, principalmente os muçulmanos, vinham para as novas terras com a sua cultura e seus saberes, mas os seus senhores, para a sua surpresa, ignoravam os saberes de seus escravos:

Negar que havia africanos escravizados letrados é uma das estratégias, deliberada ou ingenuamente utilizadas, para negar sua humanidade. É bom lembrar que, para muitos, a história da humanidade começaria com a invenção da escrita. Ora para esses povos e pessoas que não escrevessem, seriam povos e pessoas sem história. Como se vê, durante a escravidão e ainda hoje, ler e escrever bem é instrumento de poder (...) (SILVA; EdUFF, 2016, p. 10)

Para os escravos, saber ler e escrever era uma estratégia de luta. A escrita era utilizada pela população escrava para mandar bilhetes com estratégias de fugas. Havia comunicação principalmente entre escravos da mesma nação que estavam separados por longas distâncias. Os malês, escravos de origem muçulmana, organizaram uma famosa revolta, o levante dos Malês, em 1835, muito através de bilhetes escrito em árabe. Essa história foi muito bem contada pelo historiador João José Reis, no livro *Rebelião Escrava no Brasil: A história do Levante dos Malês em 1835*.

Assim, não se deve afirmar que os africanos escravizados eram ignorantes. Mas os senhores de engenho preferiam acreditar que seus escravos eram completamente vazios de cultura e educação, dando uma brecha para que os escravos utilizassem esses mecanismos como um gatilho de fuga da realidade, como por exemplo, sua cultura.

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

Portanto, para que haja igualdade dentre todas as classes, é necessário que a educação seja de qualidade para todos e a oportunidade seja igual para todos. Somente assim, a humanidade dos negros será inteiramente reconhecida.

Sabemos como o racismo existe e como os indicadores sociais da população negra são muito mais baixos do que os da população branca, pois:

Preconceitos persistem, não quanto à humanidade dos negros, pois, as políticas de direitos humanos cobrem a demonstração pública desta distorção cognitiva, para não dizer deste sentimento racista. Mas não se alteram quanto aos lugares que devam, os negros, ocupar na sociedade ou quanto a sua capacidade intelectual, de liderança, de planejamento, de gestão (...) (SILVA, Op. Cit. p. 08)

Ou seja, não fossem a Leis de cotas que estabelece vagas mínimas para os negros e os indígenas, não o veríamos ocupando espaços dentro da sociedade que lhes cabem por direito. Seja por sua capacidade intelectual, ou por sua capacidade de liderança. Isso acontece porque é negado aos negros esse espaço dentro da sociedade. Se for uma mulher negra, então, esse espaço lhe é negado mais ainda. As estatísticas dizem que: “Mulheres não negras ganham, em média, 59,5% do que ganham homens brancos, enquanto as mulheres negras ganham 65% dos homens do mesmo grupo racial e apenas 30% do rendimento médio de homens não negros³”. Isso mostra a disparidade com que é tratada a mulher negra no mercado de trabalho.

Os escravos, depois da abolição, foram viver nas favelas, pois não houve dos que detinham o poder, políticas públicas que garantissem a essa população uma moradia digna, empregos, educação, saúde. Hoje, continuam sendo marginalizados pelo próprio Estado e quando estes vão à luta pelos seus direitos através de protestos e organizações sociais são tratados com a violência institucionais. O Estado não chega à população mais carente, na sua maioria negra, criando um círculo vicioso, no qual quem mais sofre são os jovens:

Atualmente, de cada 100 pessoas assassinada no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra (...) Outro dado revela a persistência da relação entre o recorte racial e a violência no Brasil. Enquanto a mortalidade não-negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4% entre 2005 e 2015, entre mulheres negras o índice subiu 22%.⁴

O retrato da violência no Brasil é negra e é jovem. Mesmo que alguns se neguem a ver, a realidade não nos permite negar. A discriminação que as comunidades carentes passam diariamente é mais uma forma de oprimir e mantê-los nos seus devidos lugares. A sociedade elitizada luta para que as comunidades carentes continuem nos subúrbios e não subam um degrau sequer da hierarquia social.

Os pobres e negros que vivem nas favelas vivem à margem da sociedade, excluídos pelo próprio Estado. Quando os próprios vão à luta pelos seus direitos, através de greves, protestos, e organizações sociais são tratados com a violência institucionais. Portanto, como podemos dizer que este país é um país democrático? Se o pobre cidadão brasileiro não tem o direito de reivindicar melhores condições de vida? Quando este vai às ruas, é tratado como se não conhecesse os seus direitos, como se não soubesse garantir a sua dignidade.

³ A mulher negra e o mercado de trabalho. Março de 2017. Disponível em: <http://portalctb.org.br/site/secretarias-da-ctb-nacional/igualdade-racial/31812-a-mulher-negra-e-o-mercado-de-trabalho>

⁴ Carta Capital. Atlas da violência 2017: negros e jovens são as maiores vítimas. 05/06/2017. 19h05

A atrocidade do Estado contra a população das comunidades carentes é visível, pois nestas localidades a maioria da população tem baixa instrução e até mesmo o medo do Estado. Então, na maioria das vezes, é mais fácil oprimi-los e mantê-los em seu lugar. Essa violência está representada de várias maneiras, desde uma simples abordagem policial, até morte de pessoas inocentes que muitas vezes são confundidas com bandidos. A Constituição brasileira garante o direito do cidadão, mas quando a comunidade vai à luta pelos seus direitos, notamos o quanto a discriminação está presente. O fato de grande parte da população das favelas serem descendentes de escravos gera toda essa discriminação, como já discutimos ao longo de todo o texto.

Durante o período da escravidão, a luta da comunidade negra e de alguns seguimentos da elite brasileira era pela liberdade dos escravos. Já no mundo contemporâneo, essas lutas se dão através da dignidade humana, pois a cada momento, esses direitos são violados, gerando insatisfação por parte da população brasileira. Portanto, não devemos esmorecer na luta, pois são séculos de combate, mesmo que em alguns momentos invisíveis, mas que nunca deixaram de existir.

A educação no combate ao racismo

Historicamente, não se pode negar a existência do racismo em várias instâncias da sociedade brasileira. O racismo já foi institucional, legal, e hoje é velado, na maioria das vezes. Racismo velado é aquele preconceito disfarçado, que às vezes nem mesmo o preconceituoso percebe que está sendo racista. É o que mais acontece no Brasil. As pessoas não se dizem racistas, preconceituosas, mas em suas atitudes no dia-a-dia, se revelam extremamente preconceituosas. Frantz Fanon, em *Pele negra, máscara branca* (2008), discute justamente a negação do racismo como algo sintomático de uma sociedade doente, em que se coloca uma máscara branca, embranquecendo todos os negros, obrigando-os a negar a sua negritude.

Mas como combater esse racismo, o escancarado e o velado? Primeiro, devemos discutir e entender o que é identidade, para entender como o negro se vê. De acordo com Sodré, (1999, p. 34):

Dizer identidade é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico social, afetada pela integração num contexto global de carências naturais, psicossociais e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente.

Maria Lucia da Silva, presidente-diretora do Instituto AMMA, que é uma organização não governamental cuja atuação é pautada pela convicção de que o enfrentamento do Racismo, da Discriminação e do Preconceito diz que o esse combate se faz necessariamente por duas vias: politicamente e psiquicamente: "O processo educativo é extremamente importante para mudar a forma de reconhecer o outro", além de que "não se pode negar a importância do papel da educação no processo de construção das identidades"⁵. Assim, a educação se faz extremamente necessária na construção da identidade e no seu fortalecimento.

⁵ Veja mais em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2008/05/13/combate-ao-racismo-comeca-na-educacao-basica-diz-especialista.htm?cmpid=>

Dessa maneira, a identidade é aquilo que reconhecemos no outro, ou seja, nos vemos no grupo. Como, então, podemos avaliar como os negros se enxergam na medida em que ao longo dos anos foram rechaçados, humilhados, discriminados pela sociedade branca? Como Frantz Fanon discute, existe uma máscara branca na pele negra, pois se tenta embranquecer o negro para que este deixe de ser discriminado, alcance outros lugares na sociedade, busque novas “identidades”. O negro não se reconhece negro, pois teme ser discriminado, portanto, usa a máscara branca. Então, perde a sua identidade. Portanto, nos últimos anos, vem-se resgatando essa identidade negra, a valorização do negro, do sentir-se belo.

Então, primeiro, devemos aceitar-nos enquanto nossa identidade, para depois buscar a luta para a mudança. Essa mudança se encontra na educação. A educação sim é uma das principais ferramentas contra a discriminação racial e a favor da inserção social da população de baixa renda. Por isso, a Lei 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira vem para colaborar para essa inserção da história dos negros, índios propiciando assim, a construção de uma identidade.

Mas mesmo assim, com a política de cotas e ações afirmativas, a população negra continua sofrendo preconceito no seu dia-a-dia. São inúmeros os casos relatados nas rodas de amigos, nas redes sociais, nas escolas, no dia-a-dia... E como sofrem as crianças, nas escolas, principalmente. No lugar que deveria mais e discutir as problemáticas do racismo. Mas há relatos importantes, como o de Anderson Quack, da Fundação Cultural Palmares, que ilustrou a importância da educação ao contar sua experiência como jovem que cresceu na comunidade Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. No relato, ele fala da como a educação mudou a sua vida:

Aprendi que andar com livro debaixo do braço poderia salvar minha vida dentro da favela. Pela sobrevivência, comecei a andar com um livro debaixo do braço, passei a pegar prazer pela leitura e acabei me transformando em um escritor — contou. (ALTAFIN, 2016)

Neste caso, Anderson Quack percebeu que o peso do livro o protegeria dos infortúnios de viver em uma favela. Tanto o protegeu fisicamente, quanto mentalmente, o que incentivou o menino aos estudos, levando-o ao que hoje a um futuro diferente do típico menino do morro: drogas, violência, morte prematura. A educação literalmente protege e podemos ver isso ao longo dos anos em vários casos.

Mas um dos problemas em levar a discussão do racismo para dentro da sala de aula talvez seja a falta de preparo dos professores, principalmente das séries iniciais. Quando uma criança sofre racismo dentro da escola, é notório que a escola não sabe lidar com a situação. Para isso, desde que foi posta em prática a Lei 10.639/03 é que o Ministério da Educação, junto com as Secretarias de Educação vem fazendo campanhas, principalmente próximo ao Dia da Consciência Negra, que é justamente para conscientizar a população e os alunos do combate ao racismo.

Porém, trabalhar cultura afro-brasileira somente no Dia da Consciência Negra não basta. É preciso cada vez mais trabalhar a diversidade dentro das escolas. A diversidade cultural, religiosa, étnicas, abraçando a cultura e suas diversidades com menos preconceito. Essa promoção da diversidade dentro das escolas é um passo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais equilibrada e igualitária.

Assim, para que possamos garantir que a Lei 10.639/03 seja cumprida em sua totalidade, é preciso um engajamento de todos os setores da educação, pois há a necessidade de se adequar todas as escolas à Lei, que inclui a história e cultura dos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares, e a execução das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais.

Isso tudo para garantir que a diferença entre brancos e negros dentro de nossa sociedade possa diminuir, já que ela não se expressa somente na cor da pele, como também nas classes sociais, na religião, nos trabalhos empregados, enfim. Para isso, as políticas públicas devem ser eficazes no combate à intolerância e às diferenças, já que o Brasil é um dos países mais miscigenados do mundo.

Outro importante ponto a ser discutido é como a criança se enxerga na escola. Para isso, observemos:

É na escola que as crianças negras começam a se perceber “diferentes” das demais, isso acontece quando não conseguem se enxergar nos livros didáticos que os professores trabalham, quando começam a receber apelidos de conotação racista, e também quando a única referência sobre a população negra que possuem é figura dos negros e negras sendo escravizados e submissos durante o período de escravidão. (ALENCAR; VARELA; CONEDU, 2016, p. 02).

Para isso, é importante que o professor trabalhe arduamente com essas crianças a identidade negra, mais uma vez, de maneira consistente, para que essa construção se perpetue em sua mente. Essa é uma fase muito importante, já que pode afetar de maneira positiva, ou negativa, dependendo de como essa criança foi recebida dentro da escola. Essa construção de identidade pode transformar um sujeito em um ser forte, autoconfiante, poderoso, ou simplesmente uma pessoa fraca, com a confiança abalada, que tem medo da vida, que sempre vai sofrer preconceitos calada. Por isso que a educação é importante na vida desses sujeitos. A educação é libertadora.

O livro didático é outro elemento que deve ser discutido, pois na maioria das vezes, retrata no negro apenas como escravo, ou em situação de submissão. Para as crianças negras, se ver em papéis como esses, só reforça o sentimento de preconceito que a sociedade implica. Principalmente nos livros infantis, que devem ser observados e trabalhados de maneira com que essa criança negra se enxergue como protagonista de sua história. Os professores devem ter essa perspicácia e contribuir para uma formação completa dos seus alunos, sabendo que um pouco mais de atenção dada para essa fase da formação, fará toda a diferença num futuro vindouro.

Isso porque a educação nos permite conhecer os nossos direitos e saber o quão longe podemos chegar. E a falta de reconhecimento das crianças prejudica na educação e na representatividade. As ideias negativas sobre o ser negro, faz com que a criança queira vestir a “máscara branca” que Frantz Fanon discute em seu livro. Portanto, é necessário que a educação seja o meio de entrada para que o racismo e a discriminação sejam combatidos.

Portanto, o objetivo da Lei 10.639/03, é desfazer costumes discriminatório e racista do Brasil e mostrar a importância da população negra na construção da identidade da sociedade brasileira, incluindo as dívidas históricas que temos com essa população e tentando repará-las. A lei não voga, por que o Brasil é um país extremamente preconceituoso que não procura tratar de assuntos de sua própria identidade, negando a população negra. E tendo em vista tudo isso que necessitamos gerar no ambiente escolar um discurso de valorização do povo negro, provocando uma educação emancipatória de valorização da diversidade e da educação.

Para exemplificar como a educação é realmente importante e pode diminuir os índices de violência contra a população negra, podemos observar os dados disponíveis no Atlas da violência de 2019, com informações de 2017: cerca de 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros. A maior parte dos homicídios foi contra indivíduos com baixa escolaridade, que cursaram o ensino fundamental incompleto: 74,6% dos homens vitimados possuíam até sete anos de estudo, enquanto esse indicador era de 66,8% para as mulheres. (Atlas da Violência, p. 49-72)

Portanto, para que esses índices não tenham como alvo a população negra de baixa renda e escolaridade, é necessário que tenhamos como foco a educação e assim, cada indivíduo possa traçar o seu caminho.

Conclusão

A escravidão foi um capítulo da história mundial e brasileira que não se pode voltar atrás. Foram várias as consequências da escravidão no nosso território: nossa cultura, miscigenação, racismo, preconceito e pobreza. Porém, não é muito difícil entender quando começou o racismo no Brasil. Entende-se que ele veio junto com a escravidão, já que os negros só foram escravizados pelo fato de serem negros. Antes deles, os índios só foram escravizados pelo fato de serem índios. Isso demonstra que aqueles que não fossem brancos, europeus, ricos, eram tidos como possíveis “escravos”, portanto, passíveis de serem inferiorizados. Daí vem a classificação em raças, já que poderia ser considerado “racialmente inferior.” Por conta disso, houve a escravização dos negros, sua humilhação ao longo dos anos, exploração da sua força de trabalho. Depois da Lei Áurea, os negros foram abandonados, sem políticas públicas que permitissem a eles a oportunidade de crescimento igual aos brancos.

Ao longo do texto percebemos as consequências da escravidão e do racismo no Brasil. As favelas, a violência, o desemprego e as mortes cada vez mais altas entre a população negra, refletem o quão problemático ainda é ser negro no Brasil. Nesse sentido, as desigualdades raciais são problemas históricos, que devem ser combatidos. Nosso desafio atual é desmascarar esse racismo velado que acompanha a sociedade brasileira e tratar a discriminação como algo que a ser condenado. Através da educação, esse combate fica muito mais fácil, pois o conhecimento é elucidativo e faz com que essa parcela da população, que sofreu tanto ao longo dos anos, saiba quais são seus direitos e lute a cada dia por eles.

Assim, foram discutidas questões delicadas, que dizem respeito à valorização da identidade, cultura e questões raciais. Devemos, a todo instante, lembrar-nos do que se passou no Brasil há séculos atrás, para que isso não se repita mais, seja por meio das relações trabalhistas, afetuosas, ou mesmo nas pequenas relações cotidianas. Assim, construiremos um Brasil livre de preconceitos, em igualdade plena.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Erick Cauann Marques. VARELA, Gabriely Nascimento. A importância do combate ao racismo no ambiente escolar – Lei 10.639/03 e as dificuldades em sua efetivação. Anais III, CONEDU. V. 1, 2016. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA9_ID768_17082016212612.pdf

ALTAFIN, Iara Guimarães. Educação é ferramenta contra racismo, dizem participantes de audiência. | 21/03/2016, 15h29. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/21/educacao-e-ferramenta-contra-racismo-dizem-participantes-de-audiencia>

AMARAL, Sharyse Piroupo do. História do negro no Brasil. Brasília: MEC; Salvador: CEAO, 2011.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras. Escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1996, p. 169-189.

FANON, Frantz. Pele Negra, máscara branca. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Emiko Liz. A situação dos negros no mercado de trabalho e o racismo institucional. Revista Desacato. Disponível em: <http://desacato.info/a-situacao-dos-negros-no-mercado-de-trabalho-e-o-racismo-institucional/> Publicado em 15/04/2017. Acessado em 11/09/2019

FONSECA, Marcus Vinícius. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil. In: A história da Educação dos Negros no Brasil. Niteroi: EdUFF, 2016

FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Ed. da UNICAMP, 2006.

FRIAS, Lino. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas? In: Direito, Estado e Sociedade. Nº 41, jul/dez de 2012. Disponível em: <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7artigo41.pdf>

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MEDEIROS, Maria da Glória de. NASCIMENTO, André José do. O fim da escravidão e suas consequências. In IV Colóquio de História: Abordagens sobre História da sexualidade – UNICAMP.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835 (Edição revista e ampliada). 2ª. Ed. SP: CIA das Letras, 2003.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Apresentação: In: A história da Educação dos Negros no Brasil. Niteroi: EdUFF, 2016.

SIVÉRIO, Valter Roberto. Síntese da coleção História Geral da África Século XVI ao Século XX. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SODRÉ, M. Claro e escuros – identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800. Rio de Janeiro. Elsevier, 2004.

A mulher negra e o mercado de trabalho. Março de 2017 Disponível em: <http://portalctb.org.br/site/secretarias-da-ctb-nacional/igualdade-racial/31812-a-mulher-negra-e-o-mercado-de-trabalho>



Atlas da violência 2019. Org. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2019.

A situação dos negros no mercado de trabalho e o racismo institucional. Disponível em: <http://desacato.info/a-situacao-dos-negros-no-mercado-de-trabalho-e-o-racismo-institucional/>

Carta Capital. Atlas da violência 2017: negros e jovens são as maiores vítimas. 05/06/2017. 19h05.